



CLIPPING INTERNET
16/11/2019 ATÉ 16/11/2019



INDÍCE

1	ANIVERSÁRIO DO TJMA	
	1.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	1
	1.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	2
	1.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	3
	1.4 BLOG RICARDO FARIAS.....	4
	1.5 BLOG ZECA SOARES.....	5
	1.6 SITE IMIRANTE.COM.....	6
	1.7 SITE JORNAL PEQUENO.....	7
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	8
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG DO NETO FERREIRA	10
4	PROCESSO SELETIVO	
	4.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	11
	4.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	12
	4.3 SITE PORTAL JG.....	13
5	SERVIDOR PÚBLICO	
	5.1 SITE INOTÍCIA - MA.....	14

Portela diz que Mendes se abraçou com criminosos ao defender acusações de espionagem

Em entrevista ao jornal Bom Dia Mirante, da TV Mirante, o secretário de Segurança Pública, delegado Jefferson Portela, afirmou que o deputado federal Aluisio Mendes (PSC) se abraçou com criminosos ao defender denúncias falsas sobre espionagem no Sistema de Segurança do Maranhão.

Portela disse ainda que o parlamentar o tem como inimigo pessoal e é movido por ódio. O motivo seria acusações direcionadas a Mendes pelo titular da SSP.

Em outro trecho da conversa, Jefferson pediu que Aluisio o chame para a audiência pública que terá no dia 7 de novembro em São Luís promovida pela Comissão de Segurança da Câmara Federal para apurar o andamento das investigações sobre grampos ilegais contra desembargadores, juízes e políticos maranhenses.

"Que ele cumpra com o dever com a verdade e me chame pra essa audiência pública que eu vou lá dizer na tua frente as mentiras que voce abraçou e com as causas que você faz isso, sem me ouvir"

O chefe da SSP, ainda, acusou o deputado de montar um circo sobre o caso.

"O Aluísio pega leva este preso já expulso duas vezes da Polícia Civil e marcou o depoimento deles pra o dia 2 de julho e o nosso para o dia 3 de julho , o nosso foi adiado, não foi marcado e agora ele inventa de vir pra cá fazer um circo botando esses criminosos para fazer denúncias infundadas".

Pará Figueiredo representa a Assembleia e recebe medalha na sessão solene alusiva aos 206 anos do TJ/MA

Representando a Assembleia, o deputado Pará Figueiredo é homenageado pelo presidente do TJ/MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos | Agência Assembleia / Biaman Prado

O deputado Pará Figueiredo (PRB), terceiro secretário da Mesa Diretora, representou o Poder Legislativo Estadual, na sessão solene alusiva aos 206 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), realizada na manhã desta quinta-feira (14), na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.

O evento foi comandado pelo presidente do TJ/MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos e, dentre outras autoridades, foi prestigiado também pelo primeiro vice-presidente da Assembleia, deputado Glaubert Cutrim (PDT), e pela procuradora da Mulher na Assembleia, deputada Helena Dualibe (Solidariedade).

Terceira Corte de Justiça mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão foi instalado no dia 4 de novembro de 1813, na antiga Casa de Câmara e Senado, hoje prédio da Prefeitura Municipal de São Luís, na Praça Dom Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

Na ocasião, foram homenageadas pela Corte Estadual de Justiça várias personalidades, com a concessão das Medalhas dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima, Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo e Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense.

Medalha Antonio Rodrigues Vellozo

O deputado Pará Figueiredo foi um dos 21 condecorados com a Medalha Antonio Rodrigues Vellozo, concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça. Na oportunidade, ele falou da importância da sessão solene e da comenda recebida.

"Sinto-me muito honrado em representar neste ato solene a Assembleia Legislativa, na pessoa do presidente Othelino Neto, que está fazendo um excelente trabalho à frente do Poder Legislativo Estadual, e de ser agraciado com a Medalha Antonio Rodrigues Vellozo. Agradeço a homenagem que o meu pai, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, fez para mim, ao conceder-me essa importante honraria", ressaltou.

Medalhas Bento Moreira Lima e Cândido Mendes

A Medalha Bento Moreira Lima foi concedida aos magistrados que completaram dez, vinte e 40 anos de bons serviços prestados à magistratura maranhense.

Com a Medalha do Mérito Cândido Mendes, foram agraciadas 8 personalidades, dentre elas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves, e o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande d

Sul (TJ/RS), desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro.

Pronunciamentos

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves, falou em nome de todos os homenageados e destacou o trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão sob o comando do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. "O trabalho do TJ/MA vem sendo impulsionado pelo desenvolvimento de uma gama de projetos institucionais. É visível o empenho para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação do Judiciário maranhense encontrem solução justa e rápida. Parabéns à família judiciária maranhense", frisou.

Por sua vez, o presidente do TJ/MA afirmou que esse é o novo paradigma do Poder Judiciário e a grande mudança testemunhada ativamente na realidade atual da Justiça Estadual, que vem promovendo direitos nas áreas da infância e juventude, encarcerados, família e da mulher, com os diversos canais de comunicação com a sociedade.

"Temos primado por serviços jurisdicionais céleres, para superar os desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência", concluiu o desembargador José Joaquim Figueiredo.

Socorro Naufel recebe homenagem na Justiça

A professora Socorro Naufel foi uma das homenageadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo em comemoração aos 206 anos da Justiça do Maranhão.

A medalha foi criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967 e regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais, deputados federais, serventuários e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

A medalha concedida a professora Maria do Socorro Campos Naufel, diretora-geral da Escola Reino Infantil, foi uma indicação da desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e aprovada por unanimidade em sessão plenária do dia 9 de outubro de 2019.

O blog parabeniza a homenageada pelo merecido reconhecimento que é também de todo corpo docente, alunos, pais e funcionários do Reino Infantil pelo excelente trabalho prestado a sociedade maranhense ao longo dos anos.

Campanhas de desinformação na era da inteligência artificial

As inteligências artificiais (IAs) estão para além da automação e da robótica. Encontram-se no centro das atenções, cada vez mais próximas do presente, buscando, por meio do processamento de dados, resolver problemas ou mesmo facilitar a realização de tarefas do nosso cotidiano.

Um segmento desse grande campo de pesquisa é denominado por Machine Learning, que, como permite deduzir a tradução literal, trabalha com máquinas capazes de aprender e adquirir novas funções à medida em que atendem às demandas de seus usuários. Assim, por exemplo, evoluem os assistentes pessoais capazes de realizar tarefas por comandos de voz do celular.

Essa evolução é fruto do Deep Learning, área que se desenvolve através de redes neurais e de algoritmos que executam diversas camadas de processamento de dados e realizam interpretações com abstração. Os benefícios que podem ser alcançados passam pelo reconhecimento facial, compreensão de comportamentos, carros autônomos, mapeamento genético, diagnóstico de precisão e cidades com melhor gerenciamento de serviços públicos.

O calcanhar de Aquiles se revela com o mau uso das inovações, porquanto o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação trouxeram consigo a possibilidade de disseminar enganos, imprecisões e manipulações de modo massivo. Considerando que o progresso científico não cessará, as campanhas de desinformação podem, então, ganhar novos e inúmeros formatos.

Recentemente, ficou bastante conhecido um recurso chamado Deepfake, que permitiu a difusão de vídeos manipulados envolvendo personalidades públicas. Tornaram-se virais aqueles que veiculavam Barack Obama em um discurso falso e até mesmo vídeos com conteúdo pornográfico envolvendo celebridades.

No entanto, a ferramenta, baseada em inteligência artificial, foi projetada para tornar acessíveis mecanismos de edição de vídeos que estavam disponíveis apenas nos grandes centros de produção cinematográfica. Simplificando seu funcionamento, as redes neurais permitem mapear o rosto da pessoa que constará no vídeo, frame por frame, incluindo o movimento dos lábios, tornando-o muito realístico.

E seu uso sequer exige conhecimento avançado de programação. Basta o acesso ao aplicativo certo para obter um resultado capaz de enganar quem receba o vídeo, e desavisadamente, tome-o como verdadeiro, sem perceber a inexistência de movimento nos olhos do protagonista e a baixa resolução das imagens.

Não pude deixar de pensar no manuseio desse tipo de recurso no contexto das eleições que ocorrerão em 2020. Se a difusão de informações imprecisas e rumores falsos aumentaram a temperatura que envolveu as últimas eleições gerais, não é difícil imaginar os deletérios efeitos em um processo eleitoral que é polarizado por natureza, tal qual uma eleição municipal.

É que manipulações envolvendo imagem e voz podem ofuscar os limites entre realidade e ficção. Seus efeitos,

durante uma campanha eleitoral, afetarão os debates, dissipando o tempo e recursos de candidatos para mostrar a verdade, em vez de utilizá-los a fim de propagar suas propostas e projetos, sem que se consiga, contudo, efetivamente conter os danos de sua propalação.

Ademais, essa possibilidade exigirá que a mídia, o Ministério Público Eleitoral e o Poder Judiciário, especialmente a Justiça Eleitoral, estejam atentos e preparados para lidar com as demandas dessa natureza, que clamarão por provimentos que alcancem o âmago do problema, visando, sobretudo, preservar a vontade sincera do eleitor, a lisura do pleito e, conseqüentemente, a própria democracia.

Em nome do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, posso lhes assegurar, sem qualquer espaço para dúvida, que os membros da Corte Eleitoral farão a sua parte!

*Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
Graduado pela Universidade Federal do Maranhão
Pós-Graduado em Direito Processual Civil pelo ICAT-UNIDF.
Pós-Graduado em Direito Eleitoral pelo Instituto Brasiliense de Direito Público
Membro da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB
Sócio do escritório Kleber Moreira Advogados

Socorro Naufel recebe homenagem na Justiça

A professora Socorro Naufel foi uma das homenageadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo em comemoração aos 206 anos da Justiça do Maranhão.

A medalha foi criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967 e regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais, deputados federais, serventuários e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

A medalha concedida a professora Maria do Socorro Campos Naufel, diretora-geral da Escola Reino Infantil, foi uma indicação da desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e aprovada por unanimidade em sessão plenária do dia 9 de outubro de 2019.

Concurso Público: TJMA divulga resultado preliminar das provas objetivas e discursivas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 33 tipo 1
- Questão 33 tipo 2
- Questão 34 tipo 3
- Questão 34 tipo 4
- Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 56 tipo 1
- Questão 56 tipo 2
- Questão 57 tipo 3
- Questão 57 tipo 4
- Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

- Questão 35 tipo 1
- Questão 35 tipo 2
- Questão 31 tipo 3
- Questão 31 tipo 4
- Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

- Questão 53 tipo 1 B
- Questão 53 tipo 2 C
- Questão 54 tipo 3 C
- Questão 54 tipo 4 D

Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A

Questão 34 tipo 2 B

Questão 31 tipo 3 B

Questão 31 tipo 4 C

Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

JUSTIÇA | Dr. Marco Adriano é condecorado com a "Medalha Bento Moreira Lima"

Nesta quinta-feira (14), durante a sessão solene de comemoração aos 206 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o juiz titular da 1ª Vara da comarca de Pedreiras, Dr. Marco Adriano Ramos Fonseca foi um dos homenageados com a "Medalha Bento Moreira Lima".

A honraria foi concedida a 37 juízes atuantes nas unidades judiciais de 1º Grau. a 'Medalha Desembargador Bento Moreira Lima' foi criada pela Resolução nº18 de 6 de novembro de 1986, em homenagem a um dos mais ilustres juristas do Maranhão - por terem completado este ano 10 ou 30 anos de bons serviços prestados à magistratura maranhense.

Há sete anos no município, Dr. Marco Adriano Ramos Fonseca, além de realizar um excelente trabalho na comarca de Pedreiras no âmbito judiciário, é uma pessoa bastante preocupada com as causas sociais, sendo idealizador de projetos ligados ao esporte nas comunidades e bairros, projetos de combate à violência contra a mulher, além de projetos que combatem à corrupção.

Socorro Naufel recebe homenagem na Justiça

A professora Socorro Naufel foi uma das homenageadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo em comemoração aos 206 anos da Justiça do Maranhão.

A medalha foi criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967 e regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais, deputados federais, serventuários e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

A medalha concedida a professora Maria do Socorro Campos Naufel, diretora-geral da Escola Reino Infantil, foi uma indicação da desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e aprovada por unanimidade em sessão plenária do dia 9 de outubro de 2019.

O blog parabeniza a homenageada pelo merecido reconhecimento que é também de todo corpo docente, alunos, pais e funcionários do Reino Infantil pelo excelente trabalho prestado a sociedade maranhense ao longo dos anos.

Foto: Divulgação

O post Socorro Naufel recebe homenagem na Justiça apareceu primeiro em Zeca Soares.

Entrega de medalhas marca comemoração dos 206 anos do TJ-MA

Solenidade ocorreu nessa quinta-feira (14), em São Luís, e contou com a presença de autoridades e convidados.
DIVULGAÇÃO / TJ-MA

SÃO LUÍS - Em solenidade comemorativa pelos 206 anos da Corte estadual de Justiça, o Poder Judiciário do Maranhão concedeu, nessa quinta-feira (14), a “Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima”; a “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo” e a “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” a personalidades que se destacam pelos relevantes serviços prestados à Justiça e à cidadania. As medalhas foram entregues pelos desembargadores da Corte estadual.

Leia também: TJ-MA divulga resultado preliminar das provas do concurso público

Foram agraciados magistrados do Judiciário estadual e de outros tribunais, advogados, procuradores, assim como personalidades de diversos ramos profissionais, tais como professores, médicos, autoridades militares, deputados, jornalista e empresário. Entre os homenageados destaca-se o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves.

Em seu discurso, o presidente do TJ-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, enalteceu a contribuição daqueles que construíram a história e projetaram a Corte judicial maranhense nos últimos dois séculos.

“Mudanças positivas ocorreram no âmbito do Tribunal ao longo desses 206 anos. Para isso, foram fundamentais o comprometimento e a valiosa contribuição dos eminentes desembargadores – dos fundadores aos atuais – eminentes juízes de Direito e dos estimados servidores e de toda a família judiciária, na prestação de serviços inerentes à distribuição de Justiça, num grau de profissionalismo que nos deixa muito felizes”, assinalou.

O desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou os homenageados pelos importantes serviços prestados à Justiça e disse ser grato a todos os que sonham e fazem um mundo melhor.

“A todos, uma cordial saudação e o penhor da nossa mais profunda gratidão. Longa e bela vida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão. Que os seus 206 anos ajudem a fortalecer a Justiça e as instituições democráticas, para o bem do povo maranhense e brasileiro. Somos a Justiça da esperança e dos sonhos. Temos em nós todos os sonhos do mundo”, concluiu.

Em nome de todos os agraciados, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves – que ingressou na magistratura como juiz federal em 1988 e em 2008 foi nomeado para o cargo de ministro do STJ – agradeceu a iniciativa dos indicadores das congratulações, destacando a existência de um objetivo principal da homenagem que diz respeito à prestação laboriosa do serviço à Justiça.

O ministro parabenizou a todos os agraciados, dos mais variados segmentos, manifestando “ter o coração em festa de poder prestar o serviço de Justiça e atender as demandas dos aflitos que tem os direitos ameaçados ou lesionados”. O magistrado concluiu com a reflexão de que “todos os dias são difíceis para os que estão aflitos, mas a vida é agradável para as pessoas que têm o coração alegre”.

A “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” foi idealizada e criada pelo decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, que também promoveu a atualização das outras duas.

Medalha Bento Moreira Lima

A “Medalha Desembargador Bento Moreira Lima” foi criada em 1986 em homenagem a um dos mais ilustres juristas do Maranhão para ser concedida a magistrados que completarem dez, 20, 30 e 40 anos de bons serviços na magistratura.

CONTINUE

LENDO

EM

<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2019/11/15/entrega-de-medalhas-marca-comemoracao-dos-206-anos-do-tj-ma.shtml>

JUSTIÇA é bicampeã da IV COPA OAB SOCIETY

O evento já é uma tradição, está no quarto ano com sucesso e promessa de melhoria a cada edição.

Foi realizado no último sábado (09/11), na Área Esportiva do Aluísio, a grande final da IV COPA OAB SOCIETY. A final foi disputada pelas equipes JUSTIÇA x SEBRAE.

O evento contou com a participação das entidades: OAB, SEBRAE, Justiça, Imprensa, Igreja Cristã, Polícia Militar e Arbitragem. Nos destaques Rafael (Justiça) Artilheiro e melhor goleiro Lavosier (Justiça). O evento já é uma tradição, está no quarto ano com sucesso e promessa de melhoria a cada edição.

Num jogo movimento e bastante emocionante a JUSTIÇA venceu pelo placar de 1×0 se sagrando Bicampeã, com o gol de Rafael. A IV COPA OAB SOCIETY é uma iniciativa da OAB, em parceria com SEDEJ - Secretaria Municipal de Desporto e Juventude, com apoio da Prefeitura Municipal de Açailândia.

Digitalização de processos é prioridade no Judiciário do MA

Segundo o TJMA, até agora, foram digitalizados 2.104 processos dos quais 1.945 já foram migrados para o PJe; a meta é concluir a virtualização de 500 mil processos, em todo o Maranhão, até abril de 2020

SÃO LUÍS - Visando garantir maior velocidade e maior segurança na tramitação dos processos eletrônicos, o Poder Judiciário do Maranhão está desenvolvendo projeto de digitalização para virtualizar os processos em papel, medida que reflete em maior agilidade e segurança dos dados armazenados.

“O projeto de digitalização é uma prioridade na atual gestão, um caminho sem volta no Judiciário maranhense, cujos investimentos em tecnologia para a modernização dos seus serviços refletem positivamente na prestação jurisdicional”, frisou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

Dez recuperandas do regime semiaberto da Unidade Prisional Feminina de São Luís (UPFem) estão trabalhando de segunda a sexta-feira na Central de Digitalização de Processos do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). A cessão de mão de obra resulta de um convênio de cooperação firmado entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). Elas retornam ao final do dia à unidade.

“São pessoas que querem retomar à normalidade de suas vidas e ficar aptas para o recomeço, o que significa a capacidade de voltar a viver em sociedade. Para isso, precisam encontrar uma porta que se abra de verdade. Participando do projeto de digitalização, as recuperandas estão tendo a oportunidade de recomeçar, de reescrever outra história para as suas vidas, traçando um novo caminho”, enfatiza o desembargador Joaquim Figueiredo.

Digitalização

Até agora, foram digitalizados 2.104 processos dos quais 1.945 já foram migrados para o PJe. A meta é concluir a virtualização de 500 mil processos, em todo o Estado do Maranhão, até abril de 2020.

A Central de Digitalização instalada no Fórum de São Luís está dando continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, para garantir a migração do sistema Themis PG3 para o PJe, transformando o acervo físico em digital, para que todos os processos passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

O sistema de trabalho da Central de Digitalização se desenvolve por meio de núcleos de protocolo, digitalização, migração e arquivamento.

Virtualização

A virtualização das unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão é uma prioridade do Judiciário que, por meio da Portaria Conjunta nº 15/2019 - assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho - autorizou a ampliação da virtualização dos

processos judiciais que tramitem em autos físicos relativos às classes judiciais que já são processadas em formato digital, nas unidades jurisdicionais das comarcas que utilizam a plataforma do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau.

A Portaria criou o projeto “Digitalizar Já”, cujo objetivo é ampliar a virtualização dos processos físicos, que ocupam muito espaço e consumo de recursos diversos para a sua manutenção, razão pela qual foi buscada a digitalização, garantindo segurança e promovendo maior aproximação do Judiciário com os advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e a sociedade em geral.

Selo digital

O documento também instituiu o “Selo Unidade 100% Digital”, premiação que será entregue como reconhecimento às unidades que atingirem 100% de virtualização do seu acervo de processos físicos.

Conforme a Portaria, a tramitação do processo judicial, a sua representação em formato eletrônico e a prática dos atos processuais – após a conclusão de todas as etapas da migração – são feitas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, da Resolução do CNJ nº 185 de 18 de dezembro de 2013 e da Resolução TJMA nº 52/2013.

Após a virtualização de processos judiciais autuados em suporte físico e, em havendo a deliberação pela eliminação dos autos físicos, será publicado edital dando ciência às partes e aos seus procuradores para que se manifestem, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o interesse de manterem pessoalmente a guarda dos documentos originais (Lei nº 11.419/06, Art. 12, § 5º).

A digitalização dos processos reflete em maior agilidade e segurança dos dados armazenados, uma vez que com os processos físicos, há possibilidade de ocorrer extravios, deterioração devido a intempéries climáticas e até mesmo ataque de insetos.

Eliminação

A eliminação dos processos deve seguir a política de sustentabilidade do Poder Judiciário, seguindo destinação que promova a preservação do meio ambiente, preferencialmente para reciclagem.

O Edital com a lista dos processos a serem destruídos, além de ter sido encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) para divulgação na sua página da internet, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), constando, obrigatoriamente, a indicação do Termo Judiciário ou Comarca e do órgão julgador, o número único do processo, os nomes das partes e dos seus advogados com os respectivos números de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou, se constar dos autos, da sociedade de advogados, nos termos do Art. 272, da Lei nº 13.105/2015 (NCPC).

Entrega de medalhas marca comemoração dos 206 anos do TJMA

Foram agraciados magistrados do Judiciário estadual e de outros tribunais, advogados e procuradores.

Fonte: Comunicação Social do TJMA

Em solenidade comemorativa pelos 206 anos da Corte estadual de Justiça, o Poder Judiciário do Maranhão concedeu, nesta quinta-feira (14), a “Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima”; a “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo” e a “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” a personalidades que se destacam pelos relevantes serviços prestados à Justiça e à cidadania. As medalhas foram entregues pelos desembargadores da Corte estadual.

Foram agraciados magistrados do Judiciário estadual e de outros tribunais, advogados, procuradores, assim como personalidades de diversos ramos profissionais, tais como professores, médicos, autoridades militares, deputados, jornalista e empresário. Entre os homenageados destaca-se o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves.

Em seu discurso, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, enalteceu a contribuição daqueles que construíram a história e projetaram a Corte judicial maranhense nos últimos dois séculos.

“Mudanças positivas ocorreram no âmbito do Tribunal ao longo desses 206 anos. Para isso, foram fundamentais o comprometimento e a valiosa contribuição dos eminentes desembargadores – dos fundadores aos atuais – eminentes juízes de Direito e dos estimados servidores e de toda a família judiciária, na prestação de serviços inerentes à distribuição de Justiça, num grau de profissionalismo que nos deixa muito felizes”, assinalou.

O desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou os homenageados pelos importantes serviços prestados à Justiça e disse ser grato a todos os que sonham e fazem um mundo melhor.

“A todos, uma cordial saudação e o penhor da nossa mais profunda gratidão. Longa e bela vida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão. Que os seus 206 anos ajudem a fortalecer a Justiça e as instituições democráticas, para o bem do povo maranhense e brasileiro. Somos a Justiça da esperança e dos sonhos. Temos em nós todos os sonhos do mundo”, concluiu.

Em nome de todos os agraciados, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Benedito Gonçalves – que ingressou na magistratura como juiz federal em 1988 e em 2008 foi nomeado para o cargo de ministro do STJ – agradeceu a iniciativa dos indicadores das congratulações, destacando a existência de um objetivo principal da homenagem que diz respeito à prestação laboriosa do serviço à Justiça.

O ministro parabenizou a todos os agraciados, dos mais variados segmentos, manifestando “ter o coração em festa de poder prestar o serviço de Justiça e atender as demandas dos aflitos que tem os direitos ameaçados ou lesionados”. O magistrado concluiu com a reflexão de que “todos os dias são difíceis para os que estão aflitos, mas a vida é agradável para as pessoas que têm o coração alegre”.

A “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” foi idealizada e criada pelo decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo, que também promoveu a atualização das outras duas.

MEDALHA BENTO MOREIRA LIMA

A “Medalha Desembargador Bento Moreira Lima” foi criada em 1986 em homenagem a um dos mais ilustres juristas do Maranhão para ser concedida a magistrados que completarem dez, 20, 30 e 40 anos de bons serviços na magistratura.

Pelos 30 anos de magistratura, foram homenageados com a “Medalha Desembargador Bento Moreira Lima” o desembargador José de Ribamar Castro (entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo) e os juízes Antônio José Vieira Filho, Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Oriana Gomes, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e Talvick Afonso Atta de Freitas.

Por completarem dez anos na magistratura, receberam também a comenda o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (também recebida pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo) e os juízes Marco Adriano Ramos Fonseca, Antonio Elias de Queiroga Filho, Marcelo Silva Moreira, Clenio Lima Correa, Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, Marcela Santana Lobo, Clécia Pereira Monteiro, Glender Malheiros Guimarães, Daniela de Jesus Bonfim Pereira, Mirela Cezar Freitas, José Augusto Sá Costa Leite, Aureliano Coelho Ferreira, João Paulo Mello, Silvio Alves Nascimento, Duarte Henrique Ribeiro de Souza, Flávia Pereira da Silva Barcante, Weline de Souza Coelho, Carolina de Sousa Castro, Frederico Feitosa de Oliveira, Elaile Silva Carvalho, Jorge Antonio Sales Leite, Odete Maria Pessoa Mota e Marcelo Santana Farias.

MEDALHA ANTÔNIO RODRIGUES VELLOZO

O Tribunal homenageou personalidades ilustres com a concessão da “Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo”, criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967 e regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais, deputados federais, serventuários e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Receberam a “Medalha Antonio Rodrigues Vellozo” o deputado federal Gil Cutrim; o deputado estadual Pará Figueiredo; o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha; os advogados Flávia Varão Oliveira Ferreira, Carlos Seabra de Carvalho Coelho, Anna Graziella Santana Neiva de Moreira; os professores Maria Tereza Cabral Costa Oliveira, Maria do Socorro Campos Naufel e Gilman de Carvalho Ferreira; o jornalista José Lored de Sousa Filho; o comandante do 24º BIS, Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, tenente coronel Luciano Freitas e Sousa Filho; a presidente da Cooperativa de Reciclagem de São Luís, Maria José Castro; Isa Bezerra Figueiredo; os médicos Egídio de Carvalho Ribeiro, Hélio Silva e Ruy Palhano Silva; o empresário e acadêmico Carlos Tadeu Pinheiro Gaspar; o diretor-geral do Ministério Público do Trabalho, procurador Luciano Aragão Santos e o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Souza Fonsêca.

MEDALHA CÂNDIDO MENDES

Já a “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes”, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense, criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país, foi concedida ao ministro do STJ, Benedito Gonçalves; ao presidente do TJPI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins; ao presidente do TJRS, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro; ao presidente do TJSP, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; ao diretor geral da Escola Judicial do Piauí (EJUPI), Fernando Lopes e Silva Neto; ao conselheiro Nacional de Justiça, Henrique de Almeida Ávila; ao professor e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e ao ministro do STJ, Paulo Dias de Moura Ribeiro.

Após a solenidade comemorativa dos 206 anos do TJMA, realizada na Sala das Sessões Plenárias, o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo, entregou ao ministro do STJ, Benedito Gonçalves, ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Zietlow Duro, e ao diretor da Escola Superior da Magistratura do Piauí, Fernando Lopes e Silva Neto, a Medalha comemorativa do bicentenário do TJMA, em cerimônia no seu gabinete, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

TJMA divulga resultado preliminar das provas objetivas e discursivas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019
Fonte: TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou, nesta quinta-feira (14), por meio do Edital GP 122019, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas (estudo de caso e redação) do concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário.

De acordo com o edital, foram analisados os recursos interpostos, quanto à aplicação das provas, divulgação das questões e dos gabaritos preliminares e as respectivas respostas, não tendo qualquer caráter didático, estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do resultado.

Em decorrência da análise dos recursos interpostos, houve atribuição de questões a todos os candidatos que realizaram a prova e alteração de gabarito, conforme indicado abaixo:

ATRIBUIÇÃO DE QUESTÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 33 tipo 1
- Questão 33 tipo 2
- Questão 34 tipo 3
- Questão 34 tipo 4
- Questão 35 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (D04)

- Questão 56 tipo 1
- Questão 56 tipo 2
- Questão 57 tipo 3
- Questão 57 tipo 4
- Questão 55 tipo 5

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO (F06)

- Questão 35 tipo 1
- Questão 35 tipo 2
- Questão 31 tipo 3
- Questão 31 tipo 4
- Questão 32 tipo 5

ALTERAÇÃO DE GABARITO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (K11)

Questão 53 tipo 1 B
Questão 53 tipo 2 C
Questão 54 tipo 3 C
Questão 54 tipo 4 D
Questão 55 tipo 5 D

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (L12)

Questão 34 tipo 1 A
Questão 34 tipo 2 B
Questão 31 tipo 3 B
Questão 31 tipo 4 C
Questão 32 tipo 5 C

No mesmo documento, foi publicado o anexo único com a relação dos candidatos habilitados, após Provas Objetivas, Discursiva-Redação e Discursiva-Estudo de Caso, de acordo com o disposto nos Capítulos 9, 10 e 11 do Edital de Abertura de Inscrições, por meio de três listas: lista geral, lista específica de candidatos com deficiência e lista específica de candidatos negros.

O Tribunal informa ainda que, a partir da data de publicação do Edital 122019, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br.

Ficou estabelecido que a vista da Folha de Repostas da Prova Objetiva, da Prova Discursiva Redação e da Prova Discursiva-Estudo de Caso, nos termos dos itens 14.4 a 14.6 do Capítulo 14 do Edital de Abertura do certame, estará disponível durante o período recursal referente ao resultado preliminar das provas, no site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Divulgado lista preliminar de aprovados no concurso para o Tribunal de Justiça do Maranhão

Mais de 65 mil pessoas se inscreveram para o concurso do órgão, que ofereceu 63 vagas em 13 áreas.

A Fundação Carlos Chagas divulgou nesta quinta-feira (14) o resultado preliminar do concurso para cargos vagos e cadastro de reserva no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). As provas do concurso para o TJ-MA foram realizadas no dia 29 de setembro em São Luís, Caxias e Imperatriz.

Os recursos referentes aos resultados das provas deverão ser interpostos no prazo de dois dias úteis após esta quinta (14), data da publicação do resultado, apenas por meio do site da Fundação Carlos Chagas.

Mais de 65 mil pessoas se inscreveram para o concurso do órgão, que ofereceu 63 vagas em 13 áreas.

Os salários são de R\$ 8.230,25 para Analista Judiciário; R\$ 6.883,85 para Oficial de Justiça e R\$ 3.927,72 para Técnico Judiciário. Os servidores também tem direito ao auxílio-alimentação no valor de R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelos Planos de Carreiras e Vencimentos.